

A LEI 10.639: O PROJETO SANKOFA E O COTIDIANO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Cristina Figueiredo Santos e Silva ¹
Glauber Carvalho do Bomfim ²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar as experiências vividas no cotidiano escolar a partir dos resultados do Projeto SANKOFA, baseado na lei 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de cultura afro-brasileira e africana nas instituições escolares. Este projeto é parte do Programa Residência Pedagógica, da Capes e foi desenvolvido na Escola Municipal Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis em Niterói, tendo sido desenvolvido ao longo do ano letivo de 2023. Este projeto contou com a participação de quatro licenciandos do curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense e também de duas professoras da escola. Neste artigo serão apresentados relatos e atividades desenvolvidas com as crianças durante os encontros semanais em diálogo com a ideia central de Comunidade Pedagógica de Bell Hooks (2021) e também da aplicação da lei 10.639/2003, que completou 20 anos da sua implementação. Destaca-se que esta legislação tem fomentado a construção de uma educação mais plural e inclusiva, que abrange e valoriza as diferenças, a história e a cultura do país. As experiências relatadas partem da construção de um currículo decolonial onde as crianças tiveram papel crucial. A representatividade e o empoderamento do povo negro são elementos cruciais, os quais foram trabalhados na perspectiva de uma educação antirracista.

Palavras-chave: Educação Antirracista, Lei 10.639, Projeto SANKOFA, Residência Pedagógica.

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis recebeu o Programa Residência Pedagógica no ano de 2023, com a participação dos graduandos Aline, Camila, Glauber, Isadora, Luiza e Jullia, que chegaram para atuar nas duas turmas do 5º ano de escolaridade do turno da manhã com as professoras de referência Cristina (Português e História) e Georgine (Matemática, Ciências e Geografia).

O planejamento docente foi desenvolvido em parceria com outros profissionais da escola, estudantes e outras instituições do município de Niterói, como o Museu de Arqueologia em Itaipu. A chegada dos graduandos foi comunicada previamente às crianças da escola e significou uma rica oportunidade de aprendizagem para ambos. No

¹ Graduada do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense - UFF, Graduada em História (UNIVERSO); Professora da Escola Municipal Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis (Fundação Municipal de Educação de Niterói); -, tininhaprof@hotmail.com;

² Graduando pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense- UFF, glaubercarvalho@id.uff.br;



primeiro contato com as turmas participantes, os graduandos foram apresentados dizendo seus nomes e o propósito de estarem ali. Os estudantes da escola ficaram curiosos com a chegada do grupo e fizeram muitas perguntas, tais como: o que é universidade? O que faz um pedagogo?

A arquitetura escolar é anexa a uma unidade municipal de educação infantil, a UMEI Paulo César Pimentel, e conta com brinquedão, quadra e pátio, dispostos em seu espaço interno. As paredes da escola, externas às salas, expõe os projetos e as produções dos grupos, já as internas são revestidas com as produções particulares de cada turma que ocupa a sala, bem como alfabetos, números escritos por numerais e por extenso, além de mapas e fichas de leitura. É possível observar a presença das subjetividades nas produções expostas, principalmente no espaço externo, as quais contam o percurso de pesquisa, elaboração e organização dos quadros e propostas. Os graduandos passaram a observar a dinâmica das aulas e a interagir com os estudantes e com os projetos didáticos em andamento na escola: o Programa Educacional Socioambiental (PESA), uma parceria com o Museu de Arqueologia de Itaipu, e o Projeto SANKOFA, desenvolvido pelos graduandos Glauber, Aline, Camila e Isadora, que participavam todas às terças-feiras, dias em que os dois grupos dos 5º anos se juntavam para as atividades.

O conceito do nome do projeto tem o significado de: Sanko/Voltar e Fa/ Buscar, Trazer, que é originado de um provérbio tradicional africano, parafraseando a ideia do nome, seria “voltar atrás e buscar o que esqueceu”. Com isso, buscamos recuperar parte da história de resistência do povo negro, ou como diz o samba enredo da Estação Primeira de Mangueira contar “a história que a história não contou” (2009), ressaltando a importância desse povo para a construção da pluralidade do nosso país, suas lutas e resistências de um passado escravagista e a valorização do imenso legado cultural deixado para todas e todos nós. O projeto durou todo o ano letivo de 2023 e continua se desdobrando em muitos feitos para a escola até os dias de hoje.

METODOLOGIA

O projeto SANKOFA foi definido coletivamente para ser o fio condutor do trabalho pedagógico durante todo o período escolar para o ano letivo de 2023. O mesmo tem por objetivo fazer o que o significado do termo trás “voltar e buscar o que se perdeu, ou



ainda; voltar, entender o presente e ressignificar o futuro”. A partir da escolha de algumas biografias e literaturas com protagonismo negro, o trabalho foi desenvolvido por meio da contação dessas histórias e da reflexão coletiva de acontecimentos dos noticiários que envolvem racismo, como, por exemplo, o caso do jogador Vinicius Júnior, que sofreu diversos ataques racistas pela torcida do time adversário nos jogos de futebol ou do caso que ocorreu na Zona Sul do Rio de Janeiro com um jovem negro que estava com sua bicicleta elétrica e foi abordado como se tivesse roubado o objeto. Outra atividade desenvolvida com os alunos foi a “caixa de expressões antirracistas”. Como mostra a imagem a seguir, dentro da caixa continha expressões e falas que são usadas corriqueiramente sem que, muitas vezes, não nos damos conta de que são falas racistas, como por exemplo: criado mudo, ovelha negra, nhaca, dentre outros. A atividade da caixa rendeu um grande debate sobre expressões que precisam ser banidas do nosso convívio, muitas crianças fizeram comparação e sinalizaram algumas que eram ouvidas em seus lares. Contudo, além de sinalizarmos as maneiras incorretas que usamos alguns termos, mostramos também expressões que podem ser usadas para substituí-las, com intuito de ampliar o repertório das crianças e de também ensiná-las a combater toda e qualquer fala que seja pra diminuir e/ou discriminar o outro. Outra atividade desenvolvida foi a linha do tempo da história do povo negro na educação, que começou a partir da primeira lei da educação, que definiu que os negros não podiam frequentar os espaços escolares, e finalizou com a lei 10.639, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de cultura afro-brasileira e africana nas escola. Acreditamos que era indispensável contar aos alunos e alunas da turma o quanto o negro foi menosprezado, maltratado e violentado, contudo entendemos que é preciso também dizer que a reação dos negros escravizados ou que sofrem com o racismo não é passiva como é contado em muitos livros didáticos. Nesse sentido, concordamos com Silva (2021) e Müller (2018) que os livros didáticos são responsáveis, por muitas vezes, por reforçar hierarquias raciais. Esse entendimento ajuda a sustentar a proposição de que o currículo deve deliberadamente incluir conteúdos que valorizem culturas negras e indígenas de modo ativo, e não apenas como objetos de exclusão ou sofrimento.

A atividade foi planejada com intuito de responder aos questionamentos dos alunos sobre o “porquê se falar tanto sobre negro na escola”, para isso respondemos com uma linha do tempo que retratou as diversas leis implementadas durante o período de escravidão e ainda momentos históricos que reafirmam a luta do povo negro contra a



A lei 10.639, que completou 20 anos em 2023, significou um grande avanço para o estudo das relações étnico raciais, contudo, poucas são as instituições que seguem, conforme a pesquisa do Instituto Alana citada anteriormente. Com isso, penso que eu, como um homem negro, pobre, periférico e oriundo de escola pública poderei contribuir de maneira eficaz para uma sociedade menos preconceituosa e racista. Acredito que assim como para mim, o projeto foi muito importante também foi igualmente na vida das crianças, que estão tendo a oportunidade de aprender a ver o mundo de uma maneira diferente da qual nós, professores e residentes, aprendemos outrora. Precisamos continuar combatendo o racismo com o que temos de maior ferramenta que é a educação”.

Duas histórias foram usadas para formar, no imaginário dos estudantes, a ideia de Quilombo: “Dandara e Zumbi” da coleção Black Power, editora Mostarda e a história de Tereza de Benguela trazida para sala de aula a partir de pesquisa da professora Cristina. No contexto de estudos sobre Monarquia e República e Constituições brasileiras, a professora Cristina aproveitou para mostrar como se dava a organização da sociedade brasileira nos séculos XVII e XVIII comparando com a organização no Quilombo do Quariterê, com especial atenção para o Parlamento criado por Tereza de Benguela.



Posteriormente abrimos os grupos para leitura das sugestões, acréscimos ou retirada e também para votação. Após esse trabalho, surgiu a necessidade de conversarmos sobre outros espaços da escola como, as salas de aulas, os momentos das aulas de artes, educação física, inglês e as aulas com as professoras regentes.

A ideia central de comunidade de bell hooks (2003) é o que se considera ao longo de toda a experiência pedagógica aqui supracitada. Pensamos que a noção de comunidade elaborada pela autora se configura como um eixo central para se pensar práticas pedagógicas que sejam pautadas na justiça social e na transformação das relações humanas. Para ela, a construção dessa comunidade deve ser fundamentada no amor, no cuidado e no compromisso ético com o bem estar coletivo. Por isso, após muitas situações de conflito relatadas pelas crianças e também falta de cuidado com a escola, apresentando sempre queixas às professoras que muitas vezes passavam boa parte do



A história do povo negro no Brasil é marcada por muitas lutas, sobretudo, de resistência. Uma das maneiras de resistirem a toda maldade envolvida no processo de escravidão foi a criação dos quilombos, que foram uma espécie de comunidade formada por africanos e descendentes que fugiram do regime escravocrata. O Quilombo foi criado com objetivo de resistirem às maldades da escravidão e também de preservarem suas culturas. Após contar um pouco sobre a história do maior quilombo que já existiu, o Quilombo dos Palmares, tivemos a ideia de organizarmos o nosso próprio quilombo, que foi nomeado pelas próprias crianças de “Quilombo UBUNTÚ”, que tem como significado “a humanidade com os outros” ou mesmo “sobre nós”. A partir disso trabalhou-se a ideia central de comunidade, na perspectiva de “uma comunhão amorosa” de bell hooks como expressa em seu livro “ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança” (2021) que nos guiou durante todo esse percurso. Entendemos que, ao propôr a comunidade como princípio pedagógico, hooks (2003) busca desafiar a lógica individualista e competitiva que estrutura a educação, a qual é marcada por heranças coloniais e patriarcais. Percebemos também que suas contribuições se aproximam das de Paulo Freire (1996), quando este defende uma pedagogia dialógica e amorosa, pautada na escuta e na valorização do outro como sujeito histórico. Nesse sentido, entendemos que para ambos o amor se apresenta como uma força ética que se concebe capaz de romper com a desumanização e possibilita o encontro entre os sujeitos em uma dimensão de igualdade e compromisso coletivo e foi justamente isso o que esse projeto possibilitou a essas crianças.

Como produto desse trabalho, propomos a confecção um livro análogo a Constituição de 1988, contendo por base o mesmo ideal de “(...)construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. (BRASIL, Constituição 1988). Com isso, começamos a confecção da Constituição do Quilombo Ubuntu de 2023 que foi produzida pelas crianças num



papel 40 kilos e se encontra disponível na escola até hoje após ter sido exposto na festa do Museu de Arqueologia de Itaipú ao final do ano letivo de 2023. Defendemos, em concordância com Nilma Lino Gomes (2017) uma formação voltada para a valorização da identidade negra e para o enfrentamento do racismo. Enquanto educadores, percebemos a falta de diálogo entre a universidade e a escola, e o quanto o curso de pedagogia tem refletido pouco ou quase nada a despeito das relações étnico-raciais e esses reflexos se desdobram em práticas pedagógicas por muitas vezes rasas e infundadas nas escolas. Sobre isso, hooks afirma

“ A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades”

(hooks, 2017, p 219).

Os resultados dessa pesquisa realizada através do programa de residência pedagógica, se desdobram na continuidade do projeto como instituinte permanente para toda a escola, em todos os seguimentos, sendo ainda mais engajado pelos professores, os quais muitos deles receberam outros bolsistas do PIBID, outros quiseram dar continuidade aos estudos para o mestrado e muitos trabalhos foram apresentados em diversos congressos nacionais e internacionais espalhados pelo Brasil e mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Sankofa foi marcado pela parceria entre a Universidade e a Escola, o que ressalta a importância do tripé pesquisa/ensino/extensão. Desse modo, conclui-se que urge a necessidade de debates em torno à aplicação da Lei nº 10.639 nas escolas, uma fiscalização adequada para o cumprimento da mesma, bem como qualificação dos profissionais de educação que trabalham nas escolas para terem formação que os auxilie na construção de propostas pedagógicas em torno da temática das relações étnico-raciais. Destacamos, ainda, a necessidade de que tanto os currículos das escolas, como das universidades, tenham autores/as, pensadores e pensadoras pretos e pretas que favoreçam a reflexão sobre as práticas pedagógicas e o combate a todo e qualquer tipo de racismo, seja ele estrutural, institucional e/ou recreativo.

Com isso, pode-se, de acordo com a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantindo o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização, por meio da redução das desigualdades



sociais e regionais, e da promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Desse modo, compreender a comunidade como um referencial significa adotar uma visão de educação integradora, a qual abarca questões como afetividade, coletividade e compromisso ético-político orientada pela superação das formas de dominação que fundamentam e sustentam o racismo e a desigualdade social. A pedagogia comunitária de bell hooks se apresenta para nós então como uma prática educativa libertadora, onde o amor e o diálogo tornam-se aliados de resistência e também de transformação social.

REFERÊNCIAS

ALANA (Instituto). Lei 10.639/03 sobre ensino de história e cultura afro-brasileira não é cumprida em 71 % dos municípios brasileiros, aponta pesquisa de Geledés e Instituto Alana. São Paulo: Instituto Alana, 18 abr. 2023. Disponível em: <https://alana.org.br/lei-10639-ensino/>. Acesso em: 05 maio. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

DESFILE COMPLETO DA ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA 2019. Estação Primeira de Mangueira. Rio de Janeiro: Escolas de samba RJ e SP, 8 mar. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p_iBEtFQcQk. Acesso em: Out. 2024.

HOOKS, Bell. Ensinando Comunidade: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

HOOKS, Bell. Ensinando a Transgredir: A Educação Como Prática da Liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nego Bispo). A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. Livro didático, educação e relações étnico-raciais: o estado da arte (2003-2014). Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 48, n. 168, p. 778-802, jul./set. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1550/155059187005>. Acesso em: 29 set. 2025.



FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

